

EFEITOS DOS GASTOS PÚBLICOS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA (UESB) E TRÊS MUNICÍPIOS BAIANOS (VITÓRIA DA CONQUISTA, JEQUIÉ E ITAPETINGA)

**Esdras Antunes do Nascimento¹
Elinaldo Leal Santos²**

RESUMO

Este trabalho analisa os efeitos dos gastos públicos educacionais na esfera municipal, com base empírica em gastos executados pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e três municípios baianos (Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga). Trata-se de um estudo exploratório, qualitativo, instrumentalizado por meio de dados secundários, disponibilizados em bancos de dados de instituições públicas, fundamentado nas teorias do desenvolvimento regional e dos gastos públicos. O resultado, constata-se a influência da Universidade no sistema econômico local, em razão das vantagens provenientes da aglomeração e das externalidades produzidas (*spillovers*), verificadas por meio dos efeitos multiplicadores dos gastos com pessoal, custeio e investimentos sobre os municípios. Verifica-se uma influência positiva entre a gradualidade ascendente dos gastos públicos realizados pela Universidade e a evolução do PIB nos municípios pesquisados, tanto em razão das contribuições para a produtividade dos setores econômicos como pela sua força motriz na atração de novos negócios e no fomento endógeno de novos empreendimentos.

Palavras-chave: Gastos Públicos; Universidade e Desenvolvimento Regional.

EFEITOS DOS GASTOS PÚBLICOS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA (UESB) E TRÊS MUNICÍPIOS BAIANOS (VITÓRIA DA CONQUISTA, JEQUIÉ E ITAPETINGA)

ABSTRACT

This paper analyzes the effects of public educational spending at the municipal level, based empirically on expenditures carried out by the State University of Southwest Bahia (UESB) and three municipalities in Bahia (Vitória da Conquista, Jequié and Itapetinga). This is an exploratory, qualitative study, instrumentalized through secondary data, available in databases of public institutions, based on theories of regional development and public spending. The result shows the influence of the University in the local economic system, due to the advantages arising from the agglomeration and the externalities produced (*spillovers*), verified through the multiplier effects of spending on personnel, costs and investments on the municipalities. There is a positive influence between the upward gradual public spending made by the University and the evolution of GDP in the municipalities surveyed, both because of the contributions to the productivity of the economic sectors and because of its driving force in attracting new businesses and endogenous promotion. new ventures.

¹ Mestre em Administração Universidade Federal de Sergipe. E-mail: eanascimento7@gmail.com

² Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia. Professor Adjunto da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: elinaldouesb@gmail.com.



Keywords: Public Spending; University and Regional Development.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a sociedade tem exigido cada vez mais transparência, eficiência, eficácia e efetividade das organizações públicas, especificamente das universidades e dos municípios (RAMÍREZ-GUTIÉRREZ et al., 2020). Uma das possibilidades de verificação dessas prerrogativas pode se dar através da análise qualitativa dos gastos públicos e seus efeitos no desenvolvimento regional, estratégia utilizada para a elaboração deste estudo.

As universidades públicas são importantes instrumentos de promoção e consolidação das políticas educacionais em nível nacional e regional, pelas contribuições que desenvolvem para com o ensino superior, bem como pela articulação com o processo de formação continuada da educação básica (MOTA; GONÇALVES, 2020).

Atreladas à função alocativa de governo, as universidades atuam como interlocutoras das políticas públicas de educação frente à comunidade regional dos municípios onde elas se inserem, realizando a aplicação de recursos públicos como mecanismo para geração de emprego e renda (MOTA; GONÇALVES, 2020).

Nesse sentido, este estudo parte da premissa que as organizações universitárias, além de proporcionarem a formação e qualificação de recursos humanos, também contribuem para o desenvolvimento econômico dos municípios, sobretudo, daqueles que compõem suas áreas de abrangência territorial, precisamente, na distribuição das finanças públicas.

Para efeito de verificação empírica, selecionamos para análise o caso da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), uma instituição multicampi, com localização em três municípios - Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga, atuando há quatro décadas no sudoeste baiano.

Isso posto, face a premissa apresentada, considerando a literatura existente, questionamos: *Quais os efeitos dos gastos públicos executados pela UESB no desenvolvimento econômico dos municípios que sediam seus campi universitários?* Considerando o problema evidenciado, buscou-se neste trabalho avaliar e caracterizar os efeitos dos gastos públicos da UESB na economia dos municípios baianos de Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga.

O trabalho, além desta introdução, está estruturado em quatro seções, sendo que a primeira traz uma síntese das discussões teóricas sobre gastos públicos sociais e seus efeitos no desenvolvimento regional, com ênfase em gastos com educação superior. A segunda seção versa sobre as estratégias metodológicas escolhidas para o desenvolvimento da investigação.

A terceira seção evidencia os resultados do estudo, destacando a composição e o comportamento dos gastos públicos de uma universidade pública em relação aos municípios que ela abrange e, por fim, a última seção apresenta as considerações finais sobre o estudo, que trazem ao debate o papel da universidade como importante agente do sistema econômico local.

2 EFEITOS DOS GASTOS PÚBLICOS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ESTADO DA ARTE

Esta seção apresenta uma síntese das discussões teóricas sobre gastos públicos e seus efeitos no desenvolvimento regional, sob a ótica das implicações econômicas geradas por uma universidade pública. Para tanto, com o intuito de evidenciar o estado da arte sobre o campo de estudo, foram realizadas consultas às bases de dados dos periódicos *Scientific Periodicals Electronic Library (Spell)* e *SciVerse Scopus (Scopus)*, em relação aos últimos seis anos.

Preliminarmente, foram evidenciadas as principais correntes teóricas sobre o desenvolvimento. Conforme revisão bibliográfica realizada por Bellingieri (2017), o debate sobre o desenvolvimento se sustenta nas escolas das Teorias Clássicas da Localização e das Teorias do Desenvolvimento Regional (Base de Exportação, Causação Circular Cumulativa, Desenvolvimento Desigual e Transmissão Inter-regional do Crescimento, Polos de Crescimento), bem como nas Teorias de Desenvolvimento Local, vinculadas ao paradigma do desenvolvimento endógeno (Nova Teoria do Crescimento, Distrito Industrial, *Milieu Innovateur*, *Cluster*, *Capital Social*, *Cidade Criativa*).

Em face dessa retomada teórica, Bellingieri (2017, p. 7) aponta para uma vasta literatura que percorre por diversos campos de estudo (Economia, Sociologia, Geografia e etc.) na investigação sobre fenômeno do desenvolvimento (o que é, como e por que ocorre, e como, e se, pode ser medido). Objeto de análise disciplinar no campo da administração, o desenvolvimento tem sido concebido como saber

disperso e fragmentado que sobrevive em diversos campos do conhecimento científico (SANTOS; SANTOS; BRAGA, 2016, p. 281).

Santos (2014, p. 74), ao abordar sobre a influência do termo no pensamento moderno em face ao comportamento humano, explana que o conceito de desenvolvimento é fruto de uma construção histórica sustentada em três visões paradigmáticas, as quais tornam possível a compreensão do fenômeno: desenvolvimento como crescimento econômico, desenvolvimento como satisfação das necessidades básicas e desenvolvimento como elemento de sustentabilidade socioambiental.

No que concerne as suas raízes, o debate sobre o desenvolvimento tem seu início na economia, a partir das contribuições de Adam Smith (1776), Thomaz Malthus (1798), David Ricardo (1817) e Karl Marx (1867) com fundamento no acúmulo de riquezas perante o estrato de uma sociedade industrial (SANTOS, 2014), e, historicamente, tem incorporado em seu conceito aspectos relativos as novas configurações políticas e intelectuais, coexistindo em um debate multiparadigmático (BELLINGIERI, 2017).

Ante a influência da escola keynesiana, que enfatiza os fatores aglomerativos, as bases para o desenvolvimento têm sido estabelecidas sob a perspectiva de uma melhor utilização do acúmulo de riquezas (crescimento) para a promoção do bem estar social, junto ao conjunto da população de um país ou região, confirmando uma dimensão social para o fenômeno (BELLINGIERI, 2017). Sustenta-se, então, o crescimento econômico como necessário, mas não suficiente para que ocorra o desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 2019).

No campo da causalidade, Bellingieri (2017) aborda que o desenvolvimento pode se relacionar com fatores externos ou exógenos, tais como a instalação de grandes empresas ou projetos governamentais, bem como determinar ou sofrer a influência de outros fenômenos. Amparado por Santos (2006, p. 106-7), Bellingieri (2017) salienta que “nenhum acontecimento pode ser sozinho, nem completamente, a causa de outro evento” quando se trata de desenvolvimento.

Esse pressuposto reforça que a mensuração do desenvolvimento deve considerar a análise de aspectos quantitativos, comparando números com indicadores do Produto Interno Bruto – PIB (crescimento), por exemplo, em associação com aspectos qualitativos, com relevância para as questões sociais

(desenvolvimento). Nesse interim, a causalidade para o desenvolvimento, em que pese o seu caráter social, pode ser observado sob a lente da educação superior (universidades), importante instrumento que influencia melhoria da qualidade de vida, a partir da formação/qualificação de pessoas e da disseminação do conhecimento (MOTA; GONÇALVES, 2020).

As abordagens teóricas sobre a teoria dos pólos de crescimento, por sua vez, contribuem para o desenvolvimento regional a partir da explicação de como se comportam os agentes em mercados não competitivos (JESUS; SPINOLA, 2015). Com base nos pressupostos de Perroux, Boudeville e Paelinck, essa abordagem parte da ideia de que o crescimento econômico se realiza de maneira desequilibrada, em decorrência do encadeamento dos efeitos de forças motrizes em torno de um espaço econômico e geográfico.

Deste modo, argumenta-se que um polo é formado a partir do surgimento de uma unidade econômica, ou seja, manifesta-se em pontos ou polos específicos e, sucessivamente, se amplia, para toda a economia em vista das vantagens da aglomeração (JESUS; SPINOLA, 2015). Tal premissa auxilia na compreensão das realidades regionais que evidenciam ritmos de crescimento diferenciado umas das outras, onde as cidades e/ou regiões de menor porte dependem da estrutura de certos polos e dos recursos distribuídos em certas regiões.

Evidências no campo teórico também apresentam uma discussão clássica marshalliana (Marshall, Arrow, Romer e Jacobs) sobre os efeitos da atuação de agentes externos, referenciado como externalidades (BEZERRA et al., 2018). No campo da teoria econômica regional, as externalidades indicam os impactos positivos (*spillovers*) e negativos (efeitos adversos) sobrepostos de uma entidade (pessoa física e/ou jurídica) para outra, tal como uma universidade em relação ao seu município de inserção, em determinado espaço produtivo, de maneira não intencional, em detrimento do consumo ou produção realizados, (BEZERRA et al., 2018).

Esse debate parte da notabilização do desenvolvimento econômico desequilibrado, em razão das falhas de mercado e dos equívocos na adoção de certas políticas públicas para a redução de desigualdades peculiares de cada região. Nesse sentido, debate-se que uma das formas de dirimir as desigualdades sociais se sustenta no controle sobre os efeitos negativos das externalidades, provocadas

pelo mercado ou pelos próprios agentes públicos, por meio de políticas públicas que repercutam em alocação de recursos mais eficientes (BEZERRA *et al.*, 2018).

Contribuindo sobre outro prisma, a teoria do desenvolvimento endógeno surge para incitar o desenvolvimento por meio do fortalecimento da ambiência interna, fomentando valorização do território e dos atores locais e ao desenvolvimento de baixo para cima, em contraposição ao de cima para baixo (BELLINGIERI, 2017). Essa abordagem contribui para o desenvolvimento regional, sob a ótica contemporânea da territorialidade, governança e pertencimento, frente ao debate político sobre as potencialidades produtivas e competitivas de cidades e/ou regiões, em um processo onde o conhecimento e a inovação se tornam elementos essenciais (ALMEIDA, 2020).

Nesse sentido, as universidades, e seu papel no desenvolvimento, podem ser pensadas, na perspectiva da sua inclusão nos sistemas regionais, não apenas como um agente externo, mas como um ator a ser observado (PANIZZI; MEIRELLES; HOPPE, 2018). Nesse campo, depreende-se que estudar e pensar as cidades e o seu desenvolvimento, perpassa por uma compreensão de sistemas tidos dinâmicos, complexos e adaptativos que sofrem influências da transferência de conhecimento e da inovação provenientes das universidades (PANIZZI; MEIRELLES; HOPPE, 2018; ALMEIDA, 2020).

No cerne das abordagens teóricas, as universidades podem ser concebidas como unidades econômicas que, por meio das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão comunitária, geram atratividade para cidades e regiões próximas, favorecendo o encadeando atividades subjacentes via processo de aglomeração (BONHO, 2020). Além disso, pela disponibilização de suporte científico e tecnológico, além do desempenho de uma terceira missão voltada para a inovação, as universidades contribuem para a atração de novos negócios, bem como para o surgimento endógeno de novos empreendimentos (ALMEIDA, 2020).

As evidências das implicações socioeconômicas das universidades nos territórios, por sua vez, podem ser avaliadas a partir do gasto público realizado. O gasto público é tratado nas finanças públicas como provenientes da execução das despesas orçamentárias públicas, sendo analisado sob a ótica dos gastos correntes (pessoal, encargos e custeio), bem como dos gastos de capital (investimentos), ou ainda, interpretado em detrimento de suas funções e subfunções (MTO, 2020).

Segundo Fittipaldi, Costa e Araújo (2017), o gasto público, classificado por função de Estado, pode ser concebido pelo: a) gasto mínimo, que se relaciona com os dispêndios básicos de governo; b) gasto econômico, que visa a adoção de medidas frente as interfaces de mercado; e c) gasto público social, atrelado aos investimentos realizados nas áreas de educação, saúde, moradia, cultura, saneamento, assistência social e previdência social, conforme também indica Reis e Bueno (2019).

Em relação aos efeitos dos gastos públicos, Reis e Bueno (2019), a partir da investigação dos efeitos dos gastos públicos sociais no crescimento econômico, destacam duas tendências principais em debate na literatura: a) uma frente que defende a aplicação direta de recursos no combate a vulnerabilidade de populações pobres; e b) outra vista que sustenta a educação enquanto investimento que incrementa a produtividade das economias e, conseqüentemente, a qualidade de vida das pessoas.

Segundo Brandão (2019), pesquisas recentes no campo do desenvolvimento regional brasileiro, como as investigações realizadas por Resende (2014) e Monteiro Neto (2015), revelam que as diminuições das desigualdades regionais também se pautam em políticas não explicitamente regionais, como as sociais, o que reforça a importância da alocação de recursos com o gasto público social, como na educação superior.

Tendo em vista o efeitos dos gastos sobre os indicadores socioeconômicos, Costa e Gartner (2017), destacam a importância da alocação de recursos de governo, a partir da provisão de bens semipúblicos, como a educação, ao citarem vários estudos que relacionaram os gastos públicos com o impacto sobre a redução das desigualdades de renda e emprego. Os gastos públicos sociais, relacionados com a educação e cultura estaduais, também são notabilizados por Hiromoto (2018), em relação às variáveis que apresentam melhores resultados com a diminuição dos índices de pobreza.

As universidades geram impactos econômicos de curto prazo, que podem ser analisados a partir da movimentação de recursos financeiros. Os impactos diretos da atuação das universidades, relacionados as externalidade positivas (*spillovers*), podem ser observadas sobre algumas formas: a) gastos com pessoal das universidades, provenientes do pagamento de salários a servidores e colaboradores;

e b) gastos para a manutenção e expansão das universidades, que se traduzem nas despesas com custeio e investimentos em obras e equipamentos.

Outra perspectiva que pode ser evidenciada são os efeitos do gasto público das universidades em relação às transformações econômicas provenientes do crescimento do Produto Interno Bruto – PIB dos municípios de inserção, a partir da composição do valor adicionado das atividades econômicas da administração pública. A composição no VA por meio das despesas realizadas, avalia a participação da universidade no sistema econômico local (ROMANATTO *et al.*, 2015).

Portanto, a presente pesquisa, ao admitir o papel das universidades no desenvolvimento regional, seja na perspectiva dos polos de crescimento, das externalidades e dos fatores endógenos, considera ser possível evidenciar empiricamente alguns resultados dessas contribuições avaliando o gasto público social realizado pela UESB em comparação aos números dos municípios onde esta se articula, conforme análises expostas na próxima seção.

3 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Em adequação ao objetivo proposto, esta pesquisa possui uma abordagem qualitativa, com caráter descritivo e exploratório (GIL, 2009). É descritiva dado ao interesse de descrever os gastos públicos realizados por uma universidade estadual. É exploratório porque analisa a influência desses gastos com o PIB e os valores adicionados dos setores econômicos dos seus municípios de inserção, Vitória da Conquista (BA), Jequié (BA) e Itapetinga (BA). Além disso, a investigação adota o estudo de caso único como estratégia de pesquisa (YIN, 2015), considerando o caso da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, elegida em razão da sua trajetória e relevância no sudoeste baiano, uma vez que se trata da primeira instituição de ensino superior, pública na região, com quatro décadas de existência.

As estratégias metodológicas implementadas para o desenvolvimento da pesquisa partiram dos dados decorrentes das despesas orçamentárias públicas (valores pagos) executadas pela Universidade e pelos municípios, deflacionadas pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ano base dez/2020 (IBGE, 2020), além dos valores dos PIBs, deflacionadas pelo IPCA, ano base dez/2017

(IBGE, 2020), para fins de análise dos valores correntes (FEITOSA; SCHULL HEIN, 2014).

O deflacionamento das séries de dados do PIB e dos valores adicionados dos setores econômicos dos municípios baianos analisados foram realizados conforme metodologia do IBGE (2020), considerando a taxa de crescimento do PIB apurada em razão do ano/base dez/2017. A metodologia do IBGE calcula a taxa de crescimento do PIB com base no PIB real do ano base e do ano anterior, conforme fórmula abaixo:

$$\text{Taxa de Crescimento ano atual} = \frac{\text{PIB Real ano atual} - \text{PIB Real ano anterior}}{\text{PIB Real ano anterior}}$$

Para tanto, com base na indicação da taxa de crescimento do ano base, apurou-se o valor do PIB real do ano anterior, como segue:

$$\text{PIB Real ano anterior} = \frac{\text{PIB Real ano atual}}{(1 + \text{Taxa de Crescimento ano atual})}$$

Por fim, o cálculo do deflator é mensurado considerando o PIB nominal e o PIB real do ano em análise, através da fórmula apresentada abaixo:

$$\text{Deflator} = \frac{(\text{PIB Nominal ano analisado}) \times 100}{\text{PIB Real ano analisado}}$$

Os dados em análise seguiram um recorte temporal equivalente ao período de 2013 a 2020, considerando a migração dos dados para o sistema FIPLAN ao final de 2012, em razão da adequação da contabilidade do estado da Bahia às novas normas de contabilidade aplicada ao setor público.

Em relação aos dados, a pesquisa foi realizada a partir de fontes secundárias, com coleta operacionalizada em bancos de dados de instituições públicas. Os tipos de dados, suas fontes e procedimentos de coleta e análise, bem como sua finalidade são demonstrados no Quadro 1.

Quadro 1 – Medidas operacionais utilizadas para alcance do objetivo de pesquisa

Objetivo geral: Avaliar e caracterizar os efeitos dos gastos públicos da UESB na economia dos municípios baianos de Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga. Pesquisa Documental (GIL, 2009)		
Tipos de dados	Fontes e procedimentos de coleta e análise dos dados	Finalidade
Gastos públicos realizados pela UESB	Extração dos dados por meio do Portal da Transparência do Governo do Estado da Bahia e Sistema Corporativo Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado da Bahia (FIPLAN).	a) Verificar a composição e o comportamento dos gastos públicos executados a cada ano, caracterizando-os em relação aos gastos públicos municipais. b) Avaliar os efeitos dos gastos da UESB no crescimento econômico dos municípios de inserção.
Gastos públicos realizados pelos municípios baianos	Aferição dos dados a partir do Portal da Transparência do Governo Federal, bem como por intermédio do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM/BA) e Portal de Transparência dos Municípios.	Verificar a composição dos gastos públicos orçamentários executados a cada ano e seu comportamento no PIB e, respectivos, VA's por setor produtivo.
Deflator oficial IPCA	Cálculo realizado a partir do IBGE (2020)	Deflacionar as séries de dados dos gastos públicos da UESB e dos municípios aos valores de preços do ano/base dez/2020.
PIB total dos municípios baianos de Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga.	Aferição do PIB nominal, por município e ano, a partir dos dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Estado da Bahia - SEPLAN (BAHIA, 2020a) e IBGE (2020).	Caracterizar o crescimento econômico dos municípios baianos ao longo do período analisado.
Valor adicionado bruto dos setores agropecuária, indústria, serviços e administração público por município.	Aferição do PIB total e valor adicionado corrente total, por município e ano, a partir dos dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Estado da Bahia Bahia - SEPLAN (BAHIA, 2020a) e IBGE (2020).	Caracterizar o crescimento dos setores produtivos que integram a composição do PIB dos municípios.
Deflator oficial do PIB	Cálculo realizado a partir do IBGE (2020)	Deflacionar as séries de dados dos valores nominais à valores reais em cada ano, considerando o ano/base dez/17.

Fonte: Elaborado pelos autores.

4 ANÁLISE DOS GASTOS PÚBLICOS DA UESB E SEUS EFEITOS NA ECONOMIA DOS MUNICÍPIOS

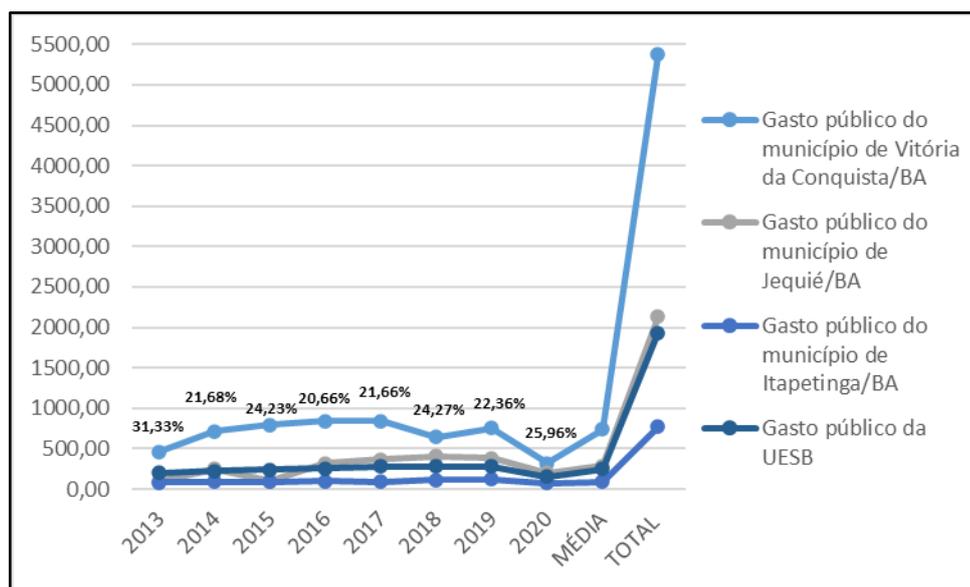
4.1 Composição e comportamentos dos gastos públicos

A análise da composição e do comportamento dos gastos públicos da UESB teve o intuito de avaliar os impactos diretos da atuação da universidade sobre

municípios baianos de Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga, considerando o somatório das despesas correntes (pessoal, encargos e custeio) e de capital (investimento) em relação aos valores pagos em cada exercício financeiro, considerados *inputs* da investigação.

Assim, a Figura 1 apresenta os gastos públicos sociais da UESB em comparação aos gastos públicos realizados pelos municípios, com destaque percentual relativamente à participação da Universidade no somatório dos números municipais. Foram consideradas as despesas realizadas pela UESB informadas nos relatórios de execução orçamentária do FIPLAN e as despesas realizadas pelos municípios informadas no balanço financeiro do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO.

Figura 1 - Gastos públicos realizados pela UESB em comparação com os gastos dos municípios pesquisados, período de 2013-2020, deflacionados em pelo INPC dez/2020, em R\$ milhões



Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme observa-se na Figura 1, a participação do gasto público da UESB em relação ao somatório dos gastos dos municípios é bastante representativa, superiores em 20% na análise ano a ano.

Além disso, nota-se que a Universidade ultrapassa, na realização de suas despesas, os gastos executados pelo município de Itapetinga/BA (R\$ 769 milhões) e se aproxima do total gasto pela cidade de Jequié/BA (R\$ 2,132 bilhões), além de

compreender cerca de 35% das despesas auferidas na localidade de Vitória da Conquista/BA (R\$ 5,376 bilhões). Os números ainda evidenciam um aumento do gasto público ao longo do período, com um total de quase 2 bilhões (R\$) executados em 8 anos.

Os principais gastos realizados pela UESB foram alocados em pessoal e encargos, perfazendo um valor alocado de 1,551 bilhões ao longo do tempo e uma média de 204,15 milhões em cada ano. Os números demonstram a participação da Universidade na geração de emprego para região por meio da contratação de professores e servidores (efetivos e temporários), o que reflete a aplicação de recursos em capital intelectual visando à formação/qualificação de profissionais inseridos no Sudoeste Baiano e em outras regiões do estado.

Os valores dispendidos com custeio representam, em média, 45,25 milhões por ano e 355,50 milhões no período, o que corrobora para a manutenção, mas também com o desenvolvimento e a qualidade da educação, fornecendo meios para as atividades fins. Destaca-se, também, que as contratações e compras realizadas com os recursos desse grupo de despesas, proporcionam o fomento da economia local através da participação de fornecedores em licitações, e outros tipos de contratações, nos municípios sediados pela UESB.

Em relação ao grupo de investimentos, foram evidenciados dispêndios na média de 3,24 milhões (R\$) por ano e 26,15 milhões no recorte temporal. O montante alocado decorre do investimento em infraestrutura para expansão do ensino e da pesquisa, com a oferta e qualificação de cursos e com o incremento em laboratórios de pesquisa e centros de inovação, respectivamente. São mais de duzentos laboratórios implantados nos três campi da universidade, com equipamentos de última geração, visando o desenvolvimento de pesquisas e inovações como alternativas para suprir as necessidades da sociedade.

De forma geral, a representatividade dos números da Universidade e aplicação crescente de recursos, traduzidos nos gastos públicos realizados, evidenciam os efeitos da economia da aglomeração resultante da expansão do ensino superior na região.

Ao comparar os gastos públicos da UESB em relação aos municípios, constata-se uma convergência teórica sobre os benefícios obtidos por um agente econômico (município) em razão da implantação de um serviço público relevante

(universidade), ou seja, as vantagens provenientes das externalidades (BEZERRA et al., 2018). Neste contexto, UESB exerce diversas influências sobre os municípios e cidades próximas, que carecem de outras fontes de economias externas, seja por meio dos efeitos multiplicadores dos gastos com pessoal, custeio e investimentos, da provisão de conhecimento e/ou da atração de negócios.

Assim, nota-se preliminarmente o fomento que a Universidade exerce sobre a circulação de recursos financeiros, através dos pagamentos de salários aos profissionais da educação superior, ou pelo dinheiro gasto por seus alunos, inclusive aqueles vindos de outras cidades. Essa movimentação implica em atratividade aos setores de consumo e habitação, estimulando os investimentos em obras e equipamentos, e proporciona diversidades culturais, contribuindo para melhoria da qualidade de vida.

Outra influência das externalidades provocadas pela atuação da Universidade, assume destaque o seu poder formativo, seja pela oferta de cursos de graduação e pós-graduação, pelas contribuições científicas provenientes das pesquisas ou pelas ações extensionistas junto à sociedade, contribuindo para maiores níveis de capital humano na economia local. Os investimentos realizados promovem o desenvolvimento e valorização do conhecimento, imprescindível para emancipação de pessoas.

Nesse contexto, Oliveira (2019) afirma que o investimento realizado pelo Estado na educação, em especial gerando oportunidades para que a população acesse o ensino superior, possui relação direta melhores números junto aos indicadores de desenvolvimento. Rocha *et al.* (2017) argumenta que um maior nível de educação e qualificação profissional influi em indicadores socioeconômicos, tais como aumento da consciência política, redução das distâncias sociais entre os indivíduos, além da diminuição da criminalidade e da elevação dos níveis de saúde populacional.

Além disso, há evidências da importância da UESB enquanto vetor de desenvolvimento socioeconômico da região de articulação, a partir da teoria de polos de crescimento, uma vez que a Universidade se apresenta como um centro de conhecimento científico em territórios com características identitárias distintas que se somam. Enquanto centro de atração, a Universidade atua como indutora do conhecimento e das inovações nos municípios, atraindo diversas atividades ao seu

redor que repercutem em efeitos finais distintos para a economia baiana em seu conjunto (JESUS; SPINOLA, 2015).

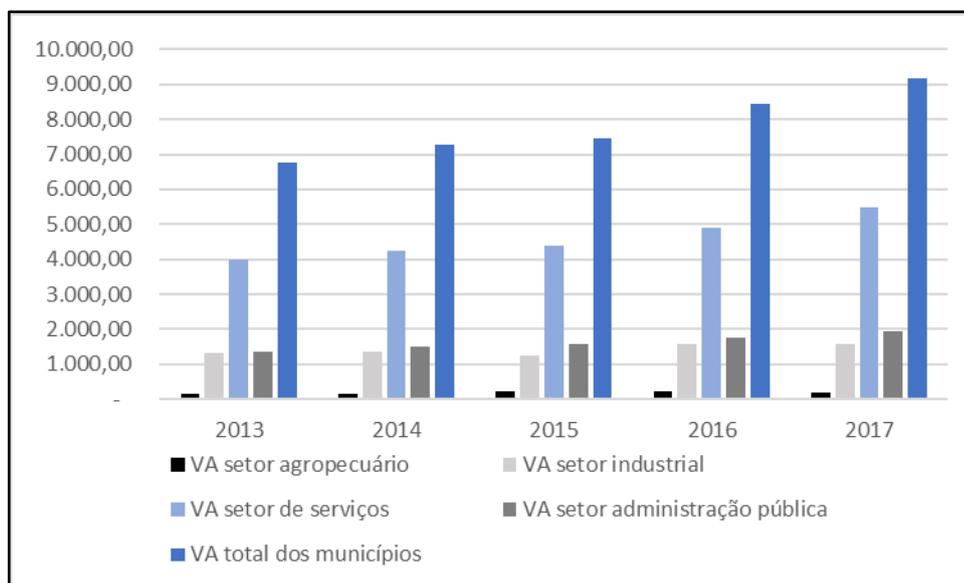
Nessa perspectiva, Almeida (2020) faz destaque para a terceira missão inerente às universidades, a inovação, que emerge das implicações econômicas e da transferência de conhecimento, e faz frente à realidade regional. Numa lógica endógena, a universidade inova ao conduzir a pesquisa até a sociedade, propiciando a resolução de problemas locais e abertura de novas possibilidades de desenvolvimento, considerando aspectos territoriais e de pertencimento dos atores locais (BELLINGIERI, 2017).

4.2 Efeitos dos gastos públicos da UESB na composição do PIB

Os efeitos dos gastos públicos realizados da UESB no desenvolvimento regional, podem ser observados a partir da sua participação nos Valores Adicionados – VAs dos municípios, atividades que compõem a aferição do PIB, considerados *inputs* da investigação.

Para tanto, a Figura 2 apresenta, primeiramente, o somatório dos valores adicionados nos municípios baianos de Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga para, em seguida, evidenciar a participação da UESB sobre esses valores. A demonstração dos VAs segue a classificação por atividade econômica em relação ao período de 2013 a 2017, uma vez que os dados mais atualizados da SEPLAN/BA são concernentes ao ano de 2017.

Figura 2 – Somatório dos VAs nos municípios pesquisados, por atividade econômica, 2013-2017, deflacionados pelo INPC em dez/2017, em R\$ bilhões



Fonte: Elaborado pelos autores.

Com base na Figura 2, nota-se o crescimento do valor agregado dos setores produtivos ao longo do período e, conseqüentemente, da taxa de evolução do PIB dos municípios, havendo uma correlação com o gasto público realizado pela UESB, também ascendente. Nota-se, também, um perfil da economia dos municípios com preponderância para o setor de serviços na composição do VA, que, em 2017, alcançou o seu maior valor, em torno de 5,469 bilhões (R\$).

Os valores adicionados dos setores industrial e administração pública apresentaram comportamento similar no tempo, com somatório médio anual de 1,365 bilhões (R\$) e 1,579 bilhões (R\$), respectivamente. Ao longo do período analisado (2013-2017), o VA dos municípios fez um valor médio de 7,441 bilhões (R\$) e valor total em quase 39,116 bilhões (R\$). As evidências apontam para uma economia, de certo modo, bem desenvolvida, com menor dependência da administração pública, apesar da sua representação.

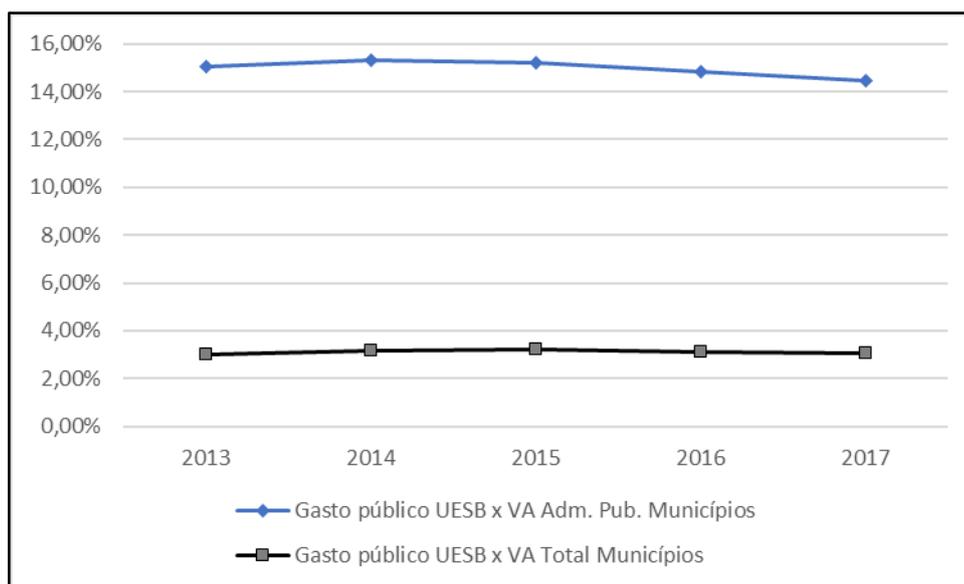
Uma relação que se faz aos números, é a correlação positiva entre a gradualidade ascendente dos gastos públicos e o crescimento econômico. Apesar de ser assunto controverso na literatura, alguns estudos trazem conclusões sobre o fato de o aumento dos gastos públicos impulsionarem a produtividade dos demais setores econômicos (BRAATZ; GONÇALVES; FOCHEZATTO, 2019). Nessa lógica, os diferentes níveis do produto interno bruto podem exercer influência sobre o

desenvolvimento, uma vez que este perpassa pelo crescimento econômico (BRESSER-PEREIRA, 2019).

Salienta-se, no entanto, que transformações estruturais e sociais mais profundas são imprescindíveis para o bem estar social, uma vez que o desenvolvimento não se sustenta com o simples crescimento econômico (BRESSER-PEREIRA, 2019). Ademais, o desenvolvimento se entrelaça com a melhoria da eficiência na alocação de recursos públicos que resulte em uma distribuição mais equânime das riquezas produzidas e do emprego, corroborando com a satisfação das necessidades da população (BONHO, 2020).

Especificamente em relação à participação da UESB, a Figura 3 demonstra, em valores percentuais, a composição do gasto público realizado pela Universidade no somatório do VA do setor da administração pública e no somatório do VA total dos municípios, também em relação ao período de 2013 a 2017. A comparação em relação a participação da UESB no valor adicionado, possibilita visualizar como a Universidade está contribuindo economicamente com o segmento ao qual ela se relaciona, bem como para com os municípios, fomentando o produto interno bruto gerado.

Figura 3 - Participação da UESB no somatório do VA da Administração Pública e no VA total dos municípios, 2013-2017, deflacionado pelo IPCA em dez/2017, em R\$ bilhões



Fonte: Elaborado pelos autores.

Verifica-se por meio da Figura 3 que, em razão do gasto público realizado, a participação da UESB no VA total dos municípios representa em torno de 3% da atividade produtiva. Em comparação ao VA total dos municípios em separado, a participação da UESB aumenta para 4,74% em Vitória da Conquista/BA, 12,04% em Jequié/BA e 28,28% em Itapetinga/BA.

Em específico quanto ao VA da administração pública dos municípios, o gasto público da UESB torna-se mais relevante, em torno de 15% da atividade produtiva. Observado separadamente, por município, essa participação se aproxima de 25,64% em Vitória da Conquista/BA, 49,44% em Jequié/BA e 106,89% em Itapetinga/BA.

A UESB integra a atividade econômica da administração pública, enquanto agente econômico que oferta serviços para o sistema econômico regional.

A relevante participação da Universidade neste setor evidencia suas contribuições para a geração e distribuição de riqueza na sua região de articulação (BEZERRA *et al.*, 2018). Através da oferta do ensino superior, a instituição incrementa mercados locais e gera atratividade para diversas atividades econômicas subjacentes em razão de fatores aglomerativos (ROMANATTO *et al.*, 2015).

A análise dos números também contribui para a avaliação de políticas públicas de desenvolvimento regional ao proporcionar evidências do retorno econômico em face do gasto público social em educação.

Nesse contexto, ao se comparar os investimentos na expansão do ensino superior em relação a outros tipos de investimento, como por exemplo, em novas indústrias, a implantação/ampliação de universidades e seus campi tem um impacto ambiental significativamente menor, além de suas diversas externalidades positivas geradas para a economia local (FERREIRA; SANTOS, 2018), conforme discutido ao longo desse trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa traz ao debate o reconhecimento da universidade pública como importante ator no desenvolvimento socioeconômico regional. Para além da sua natureza no processo de formação e qualificação profissional, bem como na produção, valorização e disseminação do conhecimento e da inovação, que produzem efeitos na emancipação de pessoas, as universidades são influentes

agentes do sistema econômico regional local. Na dinâmica da regionalidade, a universidade contribui para a circulação de recursos financeiros e estimula o crescimento econômico, contribuindo para a geração de emprego e renda.

Ao investigar os efeitos dos gastos públicos realizados pela UESB no contexto dos municípios baianos de Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga, foram constatadas diversas influências exercidas por esta instituição sobre desenvolvimento econômico regional. Essas implicações emergem em razão das vantagens provenientes das externalidades produzidas pela Universidade (*spillovers*), verificadas por meio dos efeitos multiplicadores dos gastos com pessoal, custeio e investimentos sobre os municípios, ao prover a comunidade regional com conhecimento, pesquisa e inovação.

Além disso, os efeitos dos gastos públicos da UESB são evidenciados em relação ao crescimento do Produto Interno Bruto – PIB dos municípios de inserção, a partir da composição do valor adicionado das atividades econômicas da administração pública. Existe uma influência positiva entre a gradualidade ascendente dos gastos públicos realizados pela UESB e a evolução do PIB dos municípios pesquisados tanto em razão das contribuições para a produtividade dos demais setores econômicos como pela sua força motriz na atração de novos negócios e no fomento endógeno de novos empreendimentos.

Desta forma, como principal contribuição desta pesquisa, constata-se a causalidade entre o gasto público realizado por uma universidade e os efeitos desses gastos no desenvolvimento econômico regional. Assim, o estudo se relaciona com a teoria de finanças públicas (gasto público social) e de desenvolvimento regional (polos de crescimento, econômicas externas e desenvolvimento endógeno), ao verificar a expansão da educação superior, enquanto bem semipúblico reconhecido pela comunidade regional.

Os resultados dessa pesquisa fornecem subsídios para a realização de investigações quanto às vantagens do investimento nas universidades públicas, enquanto agentes que integram o sistema econômico local. Além disso, aspectos qualitativos relacionados aos gastos públicos das Universidades podem ser investigados.

Como recomendações para estudos futuros, são sugeridas as seguintes propostas: a) análise da eficiência do gasto público realizado pela universidade

objeto de estudo, evidenciando uma maior variação dos (*outputs*) relacionados ao bem estar social; b) análise do gasto público realizado pelas demais universidades estaduais baianas, em comparação aos outros territórios de identidade que se inserem, dentre os 27 existentes; c) utilização de indicadores de desempenho para acompanhamento das variações do gasto público realizado pelas universidades estaduais baianas; e c) análise dos impactos da crise sanitária instalada nos diversos níveis de estado e governo, em relação ao gasto público das universidades estaduais baianas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. M. F. de. **Universidade pública e seu entorno: bibliometria, estado das artes e evidências empíricas: lições para a universidade de Brasília no seu relacionamento com sua comunidade.** 2020. 82 p. Dissertação (Mestrado profissional em Economia - Gestão Econômica de Finanças Públicas) - Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 2020.

BAHIA. Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia. Portal da Transparência Bahia. **Gastos diretos por unidade orçamentária.** Disponível em: <http://www.transparencia.ba.gov.br/Pagamentos> Acesso em: 25 ago. 2020.

BAHIA. Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia. Superintendência Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEPLAN). **PIB Municipal**, 2020a. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=561&Itemid=335. Acesso em: 26 ago. 2020.

BAHIA. Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia. Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado da Bahia (FIPLAN), 2020b.

BELLINGIERI, J. C. Teorias do desenvolvimento regional e local: uma revisão bibliográfica. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 2, n. 37, 2017.

BEZERRA, D. S. S., LIBONATI, J. J., OLIVEIRA MACEDO, M. R. G. de; BARROS RIBEIRO, M. V. J. de; BARROS RIBEIRO, M. T. J. de. Análise da relação entre receitas e despesas públicas e o desenvolvimento educacional dos municípios brasileiros baseada no índice FIRJAN. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 37, n. 2, p. 89-106, 2018.

BONHO, F. T. **A Universidade Federal do Pampa e o seu papel no desenvolvimento regional: estudo de caso do campus Caçapava do Sul/RS.** 2020. 82 f. Dissertação (Desenvolvimento Regional) - Faculdades Integradas de Taquara, Rio Grande do Sul, 2020.

BRAATZ, J.; GONÇALVES, R. da R.; FOCHEZATTO, A. Composição do gasto público estadual e crescimento municipal: Aplicação ao Rio Grande do Sul, 2004-2012. **Revista Estudo & Debate**, v. 26, n. 3, 2019.

BRANDÃO, C. A. **Dinâmicas e transformações territoriais recentes**: o papel da PNDR e das políticas públicas não regionais com impacto territorial. Rio de Janeiro: IPEA, 2019 (Texto para Discussão n. 2460).

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. **Manual Técnico de Orçamento - MTO**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www1.siof.planejamento.gov.br/mto/doku.php/mto2020>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. Portal da Transparência. **Gastos diretos por órgão executor**. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/localidades>. Acesso em: 25 ago. 2020.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Desenvolvimento, sofisticação produtiva, valor-trabalho e salários. **Nova Economia**, v. 29, n. 1, p. 135-160, 2019.

CALIXTO, L. Estudos de caso sobre custos ambientais: ênfase nos procedimentos metodológicos. **RAM - Revista de Administração Mackenzie**, v. 10, n. 2, p. 87-109, 2009

COSTA, G. P. C. L.; GARTNER, I. R. O efeito da função orçamentária alocativa na redução da desigualdade de renda no Brasil: uma análise dos gastos em educação e saúde no período de 1995 a 2012. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, 2017.

FEITOSA, C. G.; SCHULL, A. N.; HEIN, A. F. Análise da eficiência dos gastos em segurança pública nos estados brasileiros através da análise envoltória de dados (DEA). **Revista Capital Científico-Eletrônica (RCCe)**, v. 12, n. 3, p. 91-105, 2014.

FERREIRA, A.; SANTOS, E. A. Expansão da universidade pública e o seu impacto na economia local: microevidências da ampliação dos campi da UFF em volta redonda. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 14, n. 1, 2018.

FERREIRA, B.; RAPOSO, R. Evolução do (s) Conceito (s) de Desenvolvimento. Um Roteiro Crítico. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 34, p. 113-144, 2017.

FITTIPALDI, I.; COSTA, S. F.; ARAÚJO, C. M. C. de. O gasto público federal brasileiro: um perfil incrementalista? **Revista do Serviço Público**, v. 68, n. 3, p. 611-630, 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009

HIROMOTO, M. H. Análise do efeito do gasto social dos governos federal, estadual e municipal sobre a pobreza no Brasil-1988 a 2010. **Pesquisa e Planejamento Econômico - PPE**. Rio de Janeiro, IPEA, v. 48, n. 1, p. 71-102, abr. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Índice de Preços ao Consumidor Amplo**. Disponível em: <https://sindusconpr.com.br/ipca-ibge-4023-p>. Acesso em: 19 dez. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Deflator oficial IBGE**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6784>. Acesso em: 19 dez 2020.

JESUS, J. A.; SPINOLA, N. D. Seis décadas da Teoria dos Polos De Crescimento: Revisitando Perroux. **Revista de Desenvolvimento Econômico**. v. 17, n. 32, 2015.

MORGAN, D. L. Paradigms lost and pragmatism regained - methodological implications of combining qualitative and quantitative methods. **Journal of Mixed Methods Research**, v.1, n. 1, p. 48-76, 2007.

MOTA, M. R. A.; GONÇALVES, S. da R. V. O papel da universidade pública frente ao Plano Nacional de Educação. **TEXTURA-Revista de Educação e Letras**, v. 22, n. 49, 2020.

PANIZZI, W.; MEIRELLES, M.; HOPPE, L. As inter-relações entre universidade e o desenvolvimento regional e seus nexos com o conceito de rede. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 14, n. 2, 2018.

RAMÍREZ-GUTIÉRREZ, Z.; BARRACHINA-PALANCA, M.; RIPOLL-FELIU, V. Eficiencia en la Educación Superior. Estudio Empírico em Universidades Públicas de Colombia y España. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 3, p. 468-500, 2020.

REIS, A. G. B.; BUENO, N. P. O efeito dos gastos públicos sociais no crescimento econômico: uma análise comparativa entre os países membros da CEPAL e OCDE. **Revista Gestão & Tecnologia**, v. 19, n. 1, p. 73-89, 2019.

ROCHA, R. H., MENEZES-FILHO, N., OLIVEIRA, A. P. D., KOMATSU, B. K. A relação entre o Ensino Superior público e privado e a renda e emprego nos municípios brasileiros. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 47, p. 39-69, 2017.

ROMANATTO, E., CRUVINEL, C. de E., ARAÚJO, E. S., SATEL, C. R. I. Caracterização econômica dos municípios goianos segundo valor adicionado dos setores de atividade. **Revista Economia Ensaios**, v. 30, n. 1, 2015.

SANTOS, E. L. **Administração do desenvolvimento: um campo em busca da relevância ou a relevância em busca de um campo?** 2014. 353 f. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2014.

SANTOS, E. L.; SANTOS, R. S.; BRAGA, V. Administração do desenvolvimento: percepções e perspectivas da comunidade científica da AnPAD. **Organizações & Sociedade**, v. 23, n. 77, p. 263-284, 2016.

OLIVEIRA, J. A. J. **Eficiência dos gastos públicos com ensino superior nas universidades federais brasileiras:** uma aplicação da análise envoltória de dados. 2019. 126 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção e Manufatura) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), São Paulo, 2019.

TCM. Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia. Portal do TCM/BA. **Gastos por município.** Disponível em: <https://www.tcm.ba.gov.br/consulta-de-despesas/>. Acesso em: 26 ago. 2020.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso:** Planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman editora, 2015.